

AGENDA POLÍTICA SEMANAL

#SEGUNDOU!
QUAL O CLIMA DA SEMANA?**Equipe Warren Rena**
Análise Política

A semana inicia embalada pelas declarações do presidente Lula a respeito do não cumprimento da meta de déficit de 2024 e de que não vai estabelecer uma meta fiscal que obrigue “começar o ano fazendo cortes de bilhões nas obras que são prioritárias”. **Lula se reúne nesta segunda-feira às 9h com o ministro Fernando Haddad.**

Nos próximos dias, os holofotes também estarão concentrados no relator do PLDO de 2024, deputado Danilo Forte (União-CE). Ele deve divulgar um novo parecer preliminar na terça-feira, na Comissão Mista do Orçamento.

Nos últimos dias, ele tem sinalizado, por meio da imprensa, que pretende apresentar algumas sugestões para ampliar a blindagem das emendas parlamentares de futuros possíveis contingenciamentos, em 2024. Não tem dado detalhes.

Ainda dentro do clima de ressaca das declarações de Lula, a equipe econômica deve iniciar um corpo a corpo com lideranças da Câmara para “convencê-los” a votar a proposta que trata das subvenções/ICMS. Atualmente, o projeto encontra grande resistência dentro da Casa. Há dúvidas quanto ao impacto da proposta nas empresas e sobre possíveis novos capítulos de judicialização.

Dentro das negociações desse tema há um outro fator de extrema relevância para a equipe econômica, que deve ser colocado nas negociações. Inicialmente, a proposta foi encaminhada, em agosto, por meio de uma Medida Provisória, que tem efeito imediato. O entendimento da Fazenda é que desde agosto a regra da noventena já estava sendo aplicada. Conseqüentemente, as novas regras tributárias já poderiam entrar em vigor em janeiro de 2024. Isso geraria uma arrecadação de cerca de R\$ 37bi (segundo dados do governo).

Entretanto, por pressão da Câmara, a MP foi substituída na semana passada por um projeto de lei. E em razão disso, a noventena seria aplicada apenas a partir de janeiro, levando-se em consideração a votação do texto até dezembro. Ou seja, as mudanças nas regras passariam a valer a partir de 1 de abril, reduzindo o volume de arrecadação para cerca de R\$ 26bi (segundo dados do governo).

No Senado, o projeto da taxa das offshores e fundos exclusivos deve ser encaminhado para a Comissão de Assuntos Econômicos. A expectativa é sobre a indicação do relator e andamentos da proposta.

Boa leitura. Boa semana e bons negócios.

SAIBA MAIS**Reações em Brasília à fala de Lula**

- Lula se reúne com ministro Fernando Haddad e a Secretária Executiva da Casa Civil, Miriam Belchior, nesta segunda-feira, às 9h.
- Nos próximos dias devemos ter novos posicionamentos de lideranças partidárias.

PLDO 2024

- Relator, dep Danilo Forte (União-CE), deve apresentar parecer preliminar na Comissão Mista do Orçamento, na terça-feira.

Senado

- A Comissão de Assuntos Econômicos deve dar encaminhamento ao projeto da taxa das offshores e fundos exclusivos.

AGENDA DA SEMANA

- Conheça os eventos da semana.

SAIBA + ▶



Para ficar atualizado, resumo dos principais fatos políticos da última semana.



Íntegra das declarações do presidente Lula sobre a meta do déficit primário zero. Declarações foram realizadas na sexta-feira (27).

Lula: "O que eu posso te dizer é que ela não precisa ser zero. O país não precisa disso. Eu não vou estabelecer uma meta fiscal que me obrigue começar o ano fazendo cortes de bilhões nas obras que são prioritárias para esse país. Então, eu acho que muitas vezes o mercado é ganancioso demais e fica cobrando uma meta que ele sabe que não vai ser cumprida".

Lula: "Então, eu sei da disposição do Haddad, sei da vontade do Haddad, sei da minha disposição e quero dizer para vocês que nós dificilmente chegaremos à meta zero. Até porque não quero fazer corte em investimentos de obras. Se o Brasil tiver o déficit de 0,5%, o que é? 0,25% o que é? Nada. Absolutamente nada. Então, vamos tomar a decisão correta e nós vamos fazer aquilo que vai ser melhor para o Brasil.



Lula joga a toalha e dá comando para mudar meta fiscal de 2024, diz relator no Congresso.

Fonte. Folha de S.Paulo.

A declaração do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) de que a meta fiscal de 2024 não precisa ser de déficit zero é vista como um comando para que a mudança seja sacramentada no Congresso Nacional, diz o deputado Danilo Forte (União Brasil-CE), relator do projeto de diretrizes orçamentárias para o ano que vem.

Ele afirma à Folha que a fala do chefe do Executivo coloca o ministro Fernando Haddad (Fazenda) "num certo constrangimento" à medida que a autoridade máxima do país admite que a meta não é factível. Por outro lado, significa também uma oportunidade que coloca o Orçamento do ano que vem em bases mais reais e factíveis.

"Eu acho que a gente tem aí um choque de realidade. Mas às vezes é melhor do que permanecer em ambiente de insegurança, que pode inclusive trazer falta de credibilidade", afirma o deputado. "Agora é refazer a conta com o que a gente já tem e fechar a proposta orçamentária. É prudente que o governo faça a reavaliação."



'Lula assumiu responsabilidade ao dizer que meta zero em 2024 é inexecutável', diz Gleisi Hoffmann.

Fonte. Valor Econômico.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva "assumiu a responsabilidade ao dizer que é inexecutável a meta zero em 2024", ao afirmar na sexta-feira (27) que o resultado primário do ano que vem não precisa ser zerado, segundo a presidente do PT, a deputada federal Gleisi Hoffmann (PR). "[Lula] chamou para si a responsabilidade, inclusive para manter a responsabilidade do governo, mantendo os investimentos necessários para o país se desenvolver, gerar emprego e ter crescimento", avaliou a presidente do PT neste sábado (28), em entrevista exclusiva ao Valor.



Lula admite quebrar meta de déficit zero e enfraquece discurso de Haddad

Fonte. Estadão.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva admitiu nesta sexta-feira, 27, que o governo "dificilmente" cumprirá a meta fiscal de déficit zero em 2024. A meta foi estabelecida pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, como necessária para que o arcabouço fiscal fique de pé, e enviada no projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Para Lula, porém, muitas vezes o mercado é "ganancioso" e cobra algo irreal do governo. Em café da manhã com jornalistas, no Palácio do Planalto, Lula disse que, para ter um déficit zero nas contas públicas, o País precisará fazer corte de investimentos. "Dificilmente chegaremos à meta zero até porque não queremos fazer corte de investimentos e de obras"



Nosso view.

As declarações de Lula revelam o tamanho da dificuldade que o mundo político tem quando o que está em discussão são possíveis cortes dos gastos. Em especial quando se tem no horizonte eleições municipais, que servirão de alicerce para a disputa nacional de 2026.

É verdade que o trecho da fala do presidente em que ele diz que a meta do déficit não será atingida, não é novidade. De fato, ninguém no mercado financeiro acreditava em tal possibilidade. As contas não fechavam nem para os mais otimistas. Neste ponto não há nada de novo. Mas no nosso entendimento Lula foi muito além quando disse: **“Eu não vou estabelecer uma meta fiscal que me obrigue começar o ano fazendo cortes de bilhões nas obras que são prioritárias para esse país”**.

É aqui que se ascende o sinal de alerta.

Por que?

Porque até então esse tipo de posicionamento contra cortes de gastos em 2024, caso a meta não seja cumprida, vinha apenas de setores do PT e do Congresso. Neste sentido, vários recados têm sido dado pelo relator do PLDO, deputado Danilo Forte (União-CE), muito ligado ao presidente da Câmara, Arthur Lira, e lideranças dos demais partidos do Centrão.

Se voltarmos no tempo, vamos ver que um dos primeiros ruídos que ocorreu em relação a esse tema foi no início de agosto. Na ocasião, o coordenador do governo na Comissão Mista de Orçamento (CMO), deputado Carlos Zarattini (PT-SP), disse ao *Valor Econômico* que ministro da Fazenda, Fernando Haddad, enviaria uma nova mensagem modificativa ao PLDO, após o Marco Fiscal. Disse também que a meta fiscal a ser perseguida em 2024 não iria mudar, **mas estava “condicionada” à aprovação de determinados projetos de lei**. A Fazenda de bate pronto negou que tomaria tal iniciativa. Em conversa com o nosso time, Zarattini nos contou que as declarações à imprensa foram feitas logo após uma reunião da bancada do PT com o ministro Haddad.

O fato novo agora é que Lula cristaliza o pensamento médio dos congressistas, um racional que temos destacado em nossas análises há alguns meses.

O timing das declarações também foi horrível. Elas ocorrem num momento em que o ministro Haddad empenha todo o capital político na votação das propostas do pacote de medidas saneadoras. Entendemos que a fala de Lula enfraquece o ministro em especial nas negociações que envolvem o projeto que estabelece o fim do Juros sobre Capital Próprio (JCP) e o que trata das subvenções/ICMS.

Acreditamos, entretanto, que o ministro Haddad e sua equipe vão permanecer até o final com a posição de que, caso não seja atingida a meta, serão acionados os gatilhos do Marco Fiscal. Eles vão continuar com o discurso de que, dentro desse cenário, haverá contingenciamento (congelamento) dos gastos do governo federal, em 2024, se necessário for.

Pontuamos, porém, que não podemos desconectar esse debate do fator político e do fator eleições 2024. E por fim, não podemos esquecer que virá de Lula a palavra final.

Erich Decat, coordenador de análise política da corretora Warren Rena.

No vai e vem do Congresso, muitas coisas ficam pra trás, ou parece que ficam. Por isso trazemos nosso monitoramento de prioridades da agenda econômica. Aqui a gente tenta ficar de olho em tudo que é importante: **Onde estão? E mais importante, quando vão voltar?**



Materia estagnada



Vem perdendo prioridade



Novas movimentações têm aumentado sua chance de ser votada

30 de outubro
2023
Brasília, DF

1

PEC Nº 45/19

Reforma Tributária. Texto segue em discussão no Senado. O cronograma hoje prevê o seguinte: ♀ Votação no dia 07 de novembro (terça-feira), na CCJ, na parte da manhã. Na sequência, a proposta segue no mesmo dia para discussão no plenário



2

PL Nº 3626/23

Taxação das apostas esportivas (bets). O senador Ângelo Coronel, relator da proposta, nos informou que colocará o projeto em votação no próximo dia 07 de novembro, na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado. A expectativa é que o texto vá a voto no mesmo dia no plenário da Casa. Em havendo alterações, texto volta para a Câmara.



3

PL Nº 4173/23

Offshores e Fundos Especiais. Projeto deve ser encaminhado para discussão da Comissão de Assuntos Econômicos nestes próximos dias. Expectativa do governo é de votar em duas semanas no Senado.



4

PDL Nº 365/22

Resolução Aneel. Projeto foi aprovado na Comissão de Infraestrutura do Senado no dia 24/10. Foi encaminhado para a Comissão de Constituição e Justiça onde aguarda a designação de relator. O texto suspende duas resoluções normativas da Aneel que acabam com a tarifa estabilizada de transmissão e intensificam o sinal locacional.



5

PL Nº 334/23

Desoneração da folha de pagamentos. Projeto aguarda sanção presidencial.



6

MP 1185/23

Subvenções/ICMS. Ministro Fernando Haddad deve começar nos próximos dias corpo a corpo na Câmara.



7

PL 798/21

Repatriação de bens. Projeto foi aprovado nas Comissões do Senado no final de setembro e encaminhado para a Câmara. Até o momento, o presidente da Casa, Arthur Lira, não deu encaminhamento da proposta. Estima-se que o governo pode arrecadar cerca de R\$ 3bi com a medida.



8

PEC 07/2018

Pec reintegra funcionários dos ex-Territórios do Amapá, Roraima e Rondônia à administração pública federal. Contrariando o governo, a proposta foi aprovada no Senado no último dia 12 de setembro. Mas até o momento, o presidente da Câmara, Arthur Lira, não deu encaminhamento da proposta na Casa. **Pauta bomba.** Impacto estimado de R\$ 6,3 bi ao ano.





Veja em maior detalhe as medidas de aumento de receitas apresentadas na tabela anterior e outros temas em discussão.



1 PERSE

- O governo sancionou a MP que reduz os benefícios do Programa Emergencial de Recuperação do Setor de Eventos (PERSE).
- Segundo o texto sancionado, até 2026, a estimativa de renúncia passa de R\$29 bilhões por ano para R\$ 4,2 bilhões.



2 PREÇOS DE TRANSFERÊNCIA

- Medida provisória assinada ainda no governo anterior foi priorizada no Congresso como mais uma medida de aumento de receita e aguarda sanção do presidente da República.
- A proposta entra em vigor em janeiro de 2024 e visa adequar a legislação sobre os valores cobrados em transferências de bens, serviços e propriedade intangível entre partes relacionadas, como diferentes controladas de uma multinacional.
- A expectativa do Ministério da Fazenda é garantir uma arrecadação anual de R\$ 20 bilhões.



3 REONERAÇÃO DE COMBUSTÍVEIS

- A partir de 1º de julho, os impostos federais (PIS/Confis e Cide) incidentes sobre os combustíveis voltaram a ser cobrados.
- Entrando no rol das ações aumento de receita, a reoneração dos combustíveis, segundo a Fazenda, deve significar uma arrecadação de R\$ 15 bilhões em 2023 e o dobro desse valor em 2024.



4 CARF

- As ações no âmbito do Carf e o retorno do voto de qualidade são uma forma de aumentar as decisões em favor da União. Segundo a equipe econômica, são R\$1,3 trilhões em disputa no órgão.
- O impacto nas arrecadações após as alterações promovidas pela Câmara dos Deputados ainda não estão claras, porém, o governo ainda enxerga como uma vitória a aprovação. A estimativa inicial era de R\$ 59 bilhões em novas receitas.
- Texto foi sancionado pelo Executivo, com vetos em dispositivos que tratam sobre isenções de juros e multas específicos. Os vetos ainda serão apreciados pelo Congresso Nacional



5 APOSTAS VIRTUAIS

- Câmara aprovou o projeto de lei do Executivo que tramita com urgência constitucional e regulamenta as apostas virtuais.
- De acordo com o Ministério da Fazenda, a expectativa é de pelo menos R\$ 2 bilhões em arrecadação, porém, com progressão anual desse valor.
- O tema também tramita na forma de projeto de lei segue agora para revisão do Senado Federal.
- Projeto deve ser votado no próximo dia 07 de novembro na CAE do Senado.



6 REPATRIAÇÃO DE BENS

- O Senado Federal aprovou o projeto de lei que reabre o prazo de adesão ao Regime Especial de Regularização Cambial e Tributária (RERCT). A proposta, de autoria do presidente da Casa, tem por objetivo incentivar a regularização de bens e valores que não tenham sido declarados aos órgãos públicos.
- A proposta, segundo o governo, tem a capacidade de injetar cerca de R\$ 2 bilhões aos cofres públicos.
- O texto foi aprovado em caráter terminativo pelas comissões do Senado e segue diretamente para a Câmara dos Deputados, onde ainda não existe perspectiva de apreciação.

30 de outubro
2023
Brasília, DF



Veja em maior detalhe as medidas de aumento de receitas apresentadas na tabela anterior e outros temas em discussão.

7 SUBVENÇÕES

- O STJ publicou o acórdão sobre a decisão, finalizando as especulações sobre os efeitos do julgamento.
- Apesar das interpretações de juristas garantiu alguma arrecadação com o programa de autorregularização, que permitiu pagamento dos descontos indevidos pelas empresas, antes mesmo do início das fiscalizações, com diminuição de multas.
- A previsão orçamentária do governo é de um aumento de R\$ 37 bilhões em arrecadação com a não incidência do ICMS na base de cálculo do PIS/Cofins.
- Depois da Medida Provisória, governo encaminhou na semana passada Projeto de Lei sobre o mesmo tema para a Câmara. Ainda não há uma definição de qual proposta irá avançar e nem uma data de votação.

8 TAXAÇÃO DE OFFSHORE

- O Congresso Nacional decidiu não apreciar a Medida Provisória que primeiramente instituiu a taxaço de investimentos em offshores. Da mesma forma, o tema deve foi retirado da Medida Provisória que definiu o novo salário mínimo e a nova tabela do IRPF
- Com a recusa de aprovação por meio dessas MPs, o governo enviou um projeto de lei com regime de urgência, que inicia sua tramitação na Câmara dos Deputados.
- Essa taxaço passa a ser imperativa para a equipe econômica, considerando que será utilizada para compensar a nova faixa de isenção do imposto de renda.
- O projeto deve ser encaminhado para a CAE do Senado nos próximos dias.

9 TAXAÇÃO DE FUNDOS ESPECIAIS

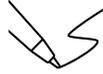
- Juntamente com a taxaço de investimentos em offshore, tramita uma segunda proposta que prevê a tributação de fundos especiais, que hoje são isentos.
- A taxaço desses fundos pode trazer um aumento de arrecadação na casa de R\$ 13 bilhões em 2024.
- O projeto deve ser encaminhado para a CAE do Senado nos próximos dias.

10 MUDANÇA NO JCP

- Após o crescimento das especulações sobre a revogação ou alteração do Juros sobre Capital Próprio nos últimos meses e certa dúvida sobre sua efetivação, o tema passou a ser objeto de um projeto de lei enviado pelo Poder Executivo na última semana..
- Uma vez concretizada, a medida passa a incluir o pacote de aumento de arrecadação para 2024.
- Segundo estimativas, o governo poderia garantir um aumento de R\$ 10 bilhões na arrecadação de 2024 com o fim do JCP.
- O tema entretanto, segue com bastante resistência no Congresso Nacional, que evitou sua inclusão no relatório do PL das offshore, na última semana.



Resumo das medidas previstas pelo governo para garantir o aumento de arrecadação para cumprimento da meta fiscal e zeragem do déficit em 2024.



PROPOSTA	AUTOR	IMPACTO	LOCAL DE TRAMITAÇÃO
Preços de Transferência (MP 1152/23)	Poder Executivo	R\$ 20 bilhões	Convertida em Lei (Lei 14596/23)
Subvenções ICMS	STF	R\$ 58 bilhões*	STF
Reoneração de Combustíveis (MP 1163/23)	Poder Executivo	R\$ 30 bilhões	-
Reoneração do diesel (Lei 14592/23)	Poder Executivo	R\$ 24,1 bilhões	-
Voto de qualidade CARF (PL 2384/23)	Poder Executivo	R\$ 43 bilhões**	Executivo (Sanção ou veto)
Apostas Virtuais (PL 3626/2023)	Poder Executivo	R\$ 2 bilhões***	Senado Federal
Taxação de Offshores e Fundos Especiais (PL 4173/23)	Poder Executivo	R\$ 20 bilhões ****	Câmara dos Deputados
Mudança na JCP (PL 4258/2023)	Poder Executivo	R\$ 10 bilhões	Câmara dos Deputados
Regulamentação Subvenções (MP 1185/2023)	Poder Executivo	R\$ 37 bilhões	Congresso Nacional
Repatriação de bens (PL 798/21)	Sen. Rodrigo Pacheco	R\$ 2 bilhões	Câmara dos Deputados

*Subvenções ICMS

A previsão de R\$ 58 bilhões em arrecadação já consta no Projeto de Lei Orçamentária de 2024, ainda em tramitação no Congresso. Esse valor trata-se da exclusão do ICMS da base de cálculo dos créditos do PIS/Cofins e independe da regulamentação proposta via Medida Provisória.

***Apostas Virtuais

A estimativa do governo é que o mercado de apostas virtuais siga em expansão ao longo do tempo. O valor de R\$ 2 bilhões em arrecadação será inicial, com as operações em funcionamento, porém, espera-se um crescimento progressivo desse montante nos anos seguintes, com a regulamentação das plataformas.

**CARF

A estimativa de arrecadação de R\$ 43 bilhões veio do próprio Ministério da Fazenda, porém, o cálculo não é preciso em relação ao tempo, ou seja, se esse valor será todo revertido em cada ano. A arrecadação depende do andar de processos administrativos dentro do Carf. Além disso, outras medidas no texto aprovado, como a inexistência de juros e multas e negociações anteriores à decisão final do órgão podem afetar esse montante anual positiva ou negativamente.

****Offshores

Apesar de entrar no rol de medidas de aumento de arrecadação, a taxaço de investimentos em offshores não será completamente revertida para a zeragem do déficit primário. O objetivo principal de buscar a aprovação dessa medida é a compensação da nova tabela do IRPF, que passou a isentar os impostos sobre rendas de até R\$ 2112 reais mensais.



Impacto total estimado das propostas: cerca de R\$26 bilhões.

Veja algumas pautas que o Congresso Nacional vem discutindo a revelia do interesse do governo. Apesar de impactantes para a União.

1

PEC dos Ex-territórios

O Senado avançou com a PEC que inclui até 50 mil servidores dos ex-territórios nacionais na conta da União. A proposta pode ter um impacto de R\$ 495 milhões mensal de incremento na folha de pagamentos do governo e R\$ 6,3 bilhões ao ano, o que traria mais dificuldade para o atingimento a meta fiscal para o próximo ano.

O texto foi aprovado no Senado e segue para apreciação da Câmara, onde aguarda despacho para a CCJ, onde será analisada a admissibilidade antes do debate do mérito. Vale lembrar que, na Câmara, o rito de PEC tem pouca margem para ser acelerado de maneira expressiva, fazendo com que o avanço desse tema possa acontecer apenas no final deste ano.

Até o momento, o presidente da Câmara, Arthur Lira, não se pronunciou sobre a PEC. Lembramos que uma vez aprovada nas duas Casas, a PEC não é encaminhada para sanção ou veto do presidente da República.

2

PL Desoneração da Folha

O projeto que prorroga a desoneração da folha para 17 setores da economia com um impacto de cerca de R\$ 9,4 bilhões para a União. O texto incluiu a desoneração escalonada dos tributos previdenciários de prefeituras de acordo com o seu PIB, que pode chegar a ter um impacto entre R\$ 7 e R\$ 9 bilhões. Estimativa total de impacto = cerca de 20bilhões.

O projeto foi aprovado pelas duas Casas e aguarda sanção ou ventos do presidente Lula.

3

PLP Simples Nacional

O Senado vem discutindo desde o início desse mês o PLP 188/19 que prevê o recolhimento de tributos por meio do Simples Nacional para micro e pequenas empresas que realizam atividades de locação de imóveis próprios.

A proposta foi aprovada pela Comissão de Assuntos Econômicos do Senado na primeira semana do mês, sem objeção de parlamentares da base do governo, e chegou a ser pautada no plenário da Casa na última semana.

Apesar da intervenção tardia do governo, o projeto foi retirado de pauta, dando um fôlego para o Executivo se articular contra a apreciação do tema, que tem relevante risco de queda de arrecadação para à União. Ainda não existe estimativa clara do impacto orçamentário dessa proposta.

4

Vetos Carf

Após a aprovação do projeto de lei que retoma com o voto de qualidade do Carf, o Executivo terá nova batalha para evitar que jabutis vetados sejam mantidos na legislação.

Com impacto imensurável neste momento, os vetos do Executivo tratam principalmente de possibilidades de descontos de juros e multas de empresas com processos no Carf. As previsões – incluídas pelo Legislativo – diminuem o potencial arrecadatório da medida – sem uma estimativa precisa sobre a proporção desse decréscimo – e podem dificultar ainda mais a perseguição da meta fiscal. Ainda não há uma data para votação do Congresso.

5

PDL 365/Aneel

O projeto de decreto legislativo que susta atos normativos sobre tarifa de transferência da Aneel passa a constar no monitoramento de pautas bombas pelo possível efeito no bônus de outorga devido pela Copel. De acordo com analistas do setor, a manutenção dessas normativas significaria uma redução de R\$ 1,2 bilhão no valor devido a União, o que vem criando mais um incentivo para que a proposta avance no Congresso.



Acompanhe o mapa de temas políticos em discussão e nossa visão sobre o andamento e probabilidade de cada um deles.



POUCO PROVÁVEL

- Aprovação, nos próximos meses, do projeto de lei que revoga a isenção de imposto de importação para compras em varejistas internacionais.
- Avanço da Reforma Administrativa no Congresso Nacional.
- Andamento do novo Marco dos Planos de Saúde na Câmara.
- Aprovação do Projeto que prevê a repatriação de bens do exterior, na Câmara.



INDEFINIDO

- Aprovação do novo projeto sobre microgeração de energia elétrica pela Câmara.
- Aprovação da Reforma Tributária no Senado, com alterações.
- Aprovação do projeto de lei sobre JCP, na Câmara.
- Aprovação da Medida Provisória que regulamenta as subvenções do ICMS, na Câmara.
- Aprovação da PEC dos Ex-territórios, na Câmara.
- Aprovação do PDL que susta normativos da Aneel sobre tarifas de distribuição, no Senado.



PROVÁVEL

- Aprovação do Projeto de Lei sobre apostas esportivas virtuais, no Senado.
- Aprovação de parte das medidas saneadoras (taxação de fundos especiais e offshores) até o final do ano.

Disclaimer.

Este relatório de análise foi elaborado pela Warren Investimentos de acordo com todas as exigências previstas na Resolução CVM 20/2021, tem como objetivo fornecer informações que possam auxiliar o investidor a tomar sua própria decisão de investimento, não constituindo qualquer tipo de oferta ou solicitação de compra e/ou venda de qualquer produto.

As informações contidas neste relatório são consideradas válidas na data de sua divulgação e foram obtidas de fontes públicas. A Warren Investimentos não se responsabiliza por qualquer decisão tomada pelo cliente com base no presente relatório.

Este relatório foi elaborado considerando a classificação de risco dos produtos de modo a gerar resultados de alocação para cada perfil de investidor.

O(s) signatário(s) deste relatório declara(m) que as recomendações refletem única e exclusivamente suas análises e opiniões pessoais, que foram produzidas de forma independente, inclusive em relação à Warren Investimentos e que estão sujeitas a modificações sem aviso prévio em decorrência de alterações nas condições de mercado, e que sua(s) remuneração(es) é(são) indiretamente influenciada por receitas provenientes dos negócios e operações financeiras realizadas pela Warren Investimentos.

EXCLUSIVO
PARA
CLIENTES30 de outubro
2023
Brasília, DF**Seg 30/10**

O presidente Lula se reúne às 9h com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e Secretária-Executiva da Casa Civil, Miriam Belchior. Às 10h se reúne com o ministro de Relações Institucionais, Alexandre Padilha.

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), e os ministros dos Transportes, Renan Filho, e da Casa Civil, Rui Costa, participam do evento de lançamento regional do novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), em Maceió.

O Ministério do Trabalho divulga dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) de setembro.

Ter 31/10

O relator do PLDO, dep Danilo Forte, deve apresentar relatório preliminar na CMO.

Início da reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central para decidir a taxa básica de juros.

Qua 01/11

Sessão de deliberações no plenário da Câmara e do Senado. Pauta ainda a ser definida pela lideranças partidárias.

Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central anuncia a taxa básica de juros.

Qui 02/11

Feriado.

Sex 03/11